CDU 312:301.175(811)

POPULAÇÃO E MUDANÇAS SOCIAIS NO ESTADO DO TOCANTINS

Joaquín Eduardo M. Cifuentes(*)
Duval Magalhães Fernandes (**)

1. Introdução

O surgimento do Estado do Tocantins, criado pela Constituição de 1988, veio atender a uma antiga reivindicação dos habitantes da região norte do Estado de Goiás.

O desbravamento do Estado de Goiás, iniciado com as bandeiras paulistas, não encontrou grande ressonância no norte do Estado, apesar da ocorrência de algumas lavras de minerais preciosos na região, entre a área montanhosa e o sertão da Bahia. As dificuldades de acesso não permitiram um avanço maior do povoamento, que se fixou até à altura do Médio Tocantins.

A alteração das atividades econômicas em detrimento da mineração contribuiu para um maior isolamento do norte em relação ao sul do Estado de Goiás. Em 1809, por força de um alvará da Coroa, o norte foi desmembrado da Ouvidoria sediada em Vila Boa, atual Goiás Velho, antiga capital do Estado, constituindo-se em Comarca com sede em São João das Duas Barras.

Gradativamente, os vínculos econômicos foram se estabelecendo entre a nova Comarca e o Maranhão e o Pará, o que contribuiu para a criação de um espírito secessionista cujo primeiro resultado

(*) Diretor de Pesquisas da SEPLAN-TO
(**) Coordenador do Núcleo de Estudos Populacionais - NEP/GEPRO/DITEC

concreto foi a rebelião do Ouvidor-Geral da Comarca, o Desembargador Joaquim Teotônio Segurado que, em 1821, rebelou-se contra a Coroa Portuguesa, proclamando um governo autônomo.

Em 1873, surgiu a proposta de anexar o norte da Província de Goiás à do Pará. Apesar do apoio do Visconde de Taunay, Senador do Império, o projeto não chegou a feliz termo.

No século atual, em 1956, o Juiz de Direito da Comarca de Porto Nacional elaborou e divulgou um Manifesto à Nação, assinado por diversas personalidades da região, lançando novamente a idéia de criação do Estado do Tocantins. Outra vez, apesar de sensibilizar até deputados da Assembléia Legislativa local, não produziu o efeito desejado.

Somente com a Assembléia Constituinte de 1988 o assunto voltou a ser discutido e, por meio do Artigo 13 das Disposições Transitórias da Constituição, foi criado o Estado do Tocantins, integrado à Região Norte do País. O novo Estado foi instalado em 1º de janeiro de 1989, tendo como capital provisória a cidade de Miracema do Tocantins.

Com uma área de 278.420,7 Km2, o Estado do Tocantins corresponde a 7,19% da área total da Região Norte e a 3,26% da área do Brasil e é o terceiro estado amazônico em extensão territorial.

2. Panorama Demográfico

2.1 Evolução do crescimento da população residente - 1940/1991

Para visualizar de forma panorâmica a evolução populacional do Estado do Tocantins optou-se por uma visão comparativa em relação ao Brasil e à Região Norte, na qual está inserido.

Foi escolhido como ano-base das comparações o ano de 1940, para contrastar com as mudanças no ritmo do crescimento populacional acontecidas a partir da década de 1950. Reconstituiu-se a população do Estado do Tocantins com base nas informações sobre os municípios do norte de Goiás que hoje compõem o novo Estado.

Inicialmente, o interesse é quantificar o crescimento da população residente nos períodos intercensitários de 1940 até 1991, e na determinação dos impactos do crescimento populacional diferenciado

da Região Norte sobre o Brasil, e do Tocantins sobre a Região Norte. Com este objetivo, foram calculadas as taxas geométricas médias de crescimento anual do Brasil, com e sem a atual Região Norte; da atual Região Norte (reconstituída desde 1940); desta, sem incluir o Estado do Tocantins e, do Estado do Tocantins. Os resultados encontrados estão apresentados nas Tabelas 1 e 2.

Tabela 1

Brasil: População Residente e Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual, 1940/1991

Ano	População Brasil	Taxa de Crescimento	População Brasil (sem Região Norte)	Taxa de Crescimento	Contribuição da Região Norte à Taxa de Crescimento do Brasil
1940	41.236.315	-	39.609499	-	-
1950	51.944.397	2.34	49.895.701	2.34	0.00
1960	70.070.457	3.04	67.168.975	3.02	0.66
1970	93.139.037	2.89	89.014.256	2.86	1.05
1980	119.002.706	2.48	112.383.554	2.36	5.08
1991	146.825.475	1.93	136.794.919	1.80	7.22

Fonte:IBGE - Anuário Estatístico do Brasil, 1994/SEPLAN-TO/DPI

Além da queda do ritmo de crescimento populacional do Brasil a partir da década de 1960, já muito conhecida, pode-se destacar da Tabela 1 a contribuição do crescimento mais rápido da população da Região Norte às taxas de crescimento da população do Brasil.

Na década de 1940, o crescimento relativo da Amazônia foi praticamente igual ao do Brasil e, em conseqüência, sua contribuição relativa foi nula; já de 1950 em diante, sendo o crescimento da população da Região Norte mais rápido do que o do Brasil, a contribuição percentual à taxa média de crescimento da população do País foi em aumento: de 0,66%, na década de 50, a 1,05%, na de 60, a 5,08%, na de 70, até 7,22%, no período 1980/91.

Na mesma linha de comparação, porém da Região Norte em relação ao Tocantins (Tabela 2), pode-se constatar que, caso o Estado fizesse parte da Região a partir de 1940, a contribuição do ritmo de crescimento populacional do Tocantins a essa Região teria mudado de intensidade ao longo do período de referência. Na década de 1940, o crescimento relativo da população do Tocantins teria sido ligeiramente menor que o da Região Norte como um todo, sua

contribuição à variação da taxa de crescimento seria de -0,85%. No período 1950-1970, a tendência reverteria e a população do Tocantins cresceria relativamente muito mais rapidamente do que a população da Região Norte, contribuindo com 5,99% à taxa regional do período 1950-1960 e com 3,17% à da década 1960-1970.

Tabela 2
Região Norte e Tocantins: População Residente e Taxa Média Geométrica de Crescimento - 1940/1991

Ano	População Região Norte*	Taxa de crescimento	População Região Norte (s/ Tocantins)	Taxa de crescimento	População Tocantins	Taxa de crescimento	Contribuição do Tocantins à Taxa de crescimento
1940	1.626.816	-	1.462.420	-	164.396	-	-
1950	2.048.696	2.33	1.844.655	2.35	204.041	2.18	-0.85
1960	2.901.482	3.54	2.561.782	3.34	339.700	5.23	5.99
1970	4.124.781	3.58	3.603.860	3.47	520.921	4.37	3.17
1980	6.619.152	4.84	5.880.268	5.02	738.884	3.56	-3.59
1991	10.030.556	3.85	9.110.693	4.06	919.863	2.01	-5.17

* Incluindo a população de Tocantins

Fonte: IBGE/Anuário Estatístico do Brasil-1994/SEPLAN -TO/DIP

De 1970 a 1991, a população da Região Norte, incluindo a do Tocantins, apresentou um forte crescimento, mais acelerado entre 1970 e 1980 (4,84%, em média anual), e um pouco menor, porém, em nível ainda elevado, entre 1980 e 1991 (3,85% em média anual). O Tocantins, pelo contrário, ao longo dessas duas décadas foi diminuindo seu crescimento relativo; contribuindo com -3,59% à variação da taxa regional, entre 1970 e 1980, e com -5,17%, entre 1980 e 1991.

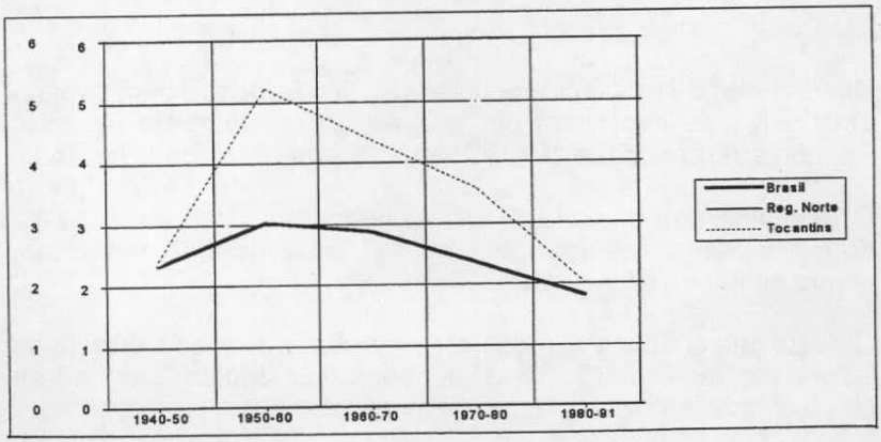
Comparando o ritmo do crescimento populacional do Brasil (sem a Região Norte) com o da Região Norte, excluindo o Tocantins, e com o do Estado do Tocantins (Tabelas 1 e 2 e do Gráfico 1), pode-se concluir que:

i) na década de 1940, o Brasil e a Região Norte cresceram 2,34% em média anual, enquanto que a população do Tocantins cresceu 2,18% ao ano;

ii) entre 1950 e 1970, a população tocantinense cresceu a uma taxa média anual de 4,80%, superior à de 3,41% da Região Norte e muito superior à de 2,94% do Brasil; e

iii) de 1970 a 1991, a população da Região Norte cresceu muito mais rapidamente do que a população do Tocantins e do que a do Brasil: 4,52%, em média anual, contra 2,74% e 2,07% ao ano, respectivamente.

Gráfico 1 - Brasil, Região Norte, Tocantins
Taxas Geométricas Anuais de Crescimento - 1940-91 (%) *



(*) A taxa para o Brasil não inclui a Região Norte e a da Região Norte não inclui o Tocantins.
Fonte: IBGE - Anuário Estatístico do Brasil, 1994.

Continuando na mesma linha de comparação, pode-se considerar o comportamento do Estado do Tocantins frente aos outros estados da Região Norte. A Tabela 3 apresenta a taxa de crescimento médio anual observada para os sete estados no período de 1950/1991

Tabela 3
Taxa Média de Crescimento dos Estados da Região Norte, 1959-1991 (%)

Estados	1950/60	1960/70	1970/80	1980/91
Acre	3.26	3.13	3.42	3.01
Amapá	6.09	5.37	4.36	4.66
Amazonas	3.26	3.03	4.12	3.57
Rondônia	6.57	4.75	16.02	7.89
Roraima	4.56	3.74	6.83	9.63
Pará	3.13	3.55	4.62	3.46
Tocantins	5.23	4.37	3.56	2.01

Fonte: ABEP-1996; IBGE-1986

Observa-se que a dinâmica populacional dos Estados é bem diversa: dois deles se destacam em relação ao crescimento recente: Rondônia, no período de 1970 a 1980, e Roraima, na década passada.

O Tocantins, em comparação com os outros Estados, teve sua taxa de crescimento, nesses dois períodos, entre as mais reduzidas, sendo menor na última década.

Um fato que chama a atenção com relação ao Estado é que ao se fazer o mesmo exercício, tendo por base o Estado de Goiás, vê-se que o crescimento do conjunto de municípios que vieram a compor o Tocantins, na década de 80, foi menor do que o observado para o restante do Estado: 2,01% contra 2,3%, em média anual.

Segundo a PNAD-95, o Estado contava, naquele ano, com 1.010.000 habitantes, o que corresponde a uma taxa geométrica anual de crescimento de 2,36%, no período 1991-95. Isto representaria um incremento da ordem de 17% em relação à taxa do período anterior e está indicando a reversão da tendência de redução da taxa de crescimento observada a partir de 1960.

Como o levantamento do censo de 1991 foi realizado muito próximo da data de criação do Estado, é de esperar que a migração seja mais forte na década de 90. As oportunidades surgidas deverão se fazer sentir em futuro próximo, transformando o Estado em um pólo de atração para novos habitantes.

2.2 Evolução do crescimento da população urbana e rural, 1940-1991

Esta evolução será analisada comparativamente entre o Brasil (sem a Região Norte), a Região (sem o Estado do Tocantins), e este último. O objetivo do desmembramento territorial é identificar as características quantitativas de cada uma destas três partes do país.

Abusando um pouco da linguagem, o Brasil (sem a Região Norte) será denominado simplesmente de Brasil e, de forma semelhante, a Região Norte (sem o Tocantins).

Tabela 4 - Região Norte e Tocantins: População Residente por Situação de Domicílio - 1940/991

Ano	Brasil		Região Norte		Tocantins	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural
1940	12.454.680	27.154.819	405.792	1.056.628	19.710	144.686
1950	18.175.727	31.719.974	580.867	1.263.788	26.297	177.744
1960	30.285.715	36.883.260	957.718	1.604.064	59.601	280.099
1970	50.329.693	38.684.563	1.626.600	1.977.260	128.691	392.230
1980	77.105.817	35.277.737	3.037.150	2.843.118	293.442	445.442
1991	105.068.416	31.728.503	5.391.503	3.718.755	530.636	389.277

Fonte: IBGE/Anuário Estatístico do Brasil, 1994/SEPLAN -TO/DPI

Dentre as muitas constatações que podem ser feitas das informações contidas na Tabela 4 algumas podem ser destacadas:

i) a população urbana do Brasil superou, em termos absolutos, a população rural na década de 1960. O mesmo fenômeno aconteceu na Região Norte, dez anos mais tarde e, no Tocantins, somente na década de 1980;

ii) em termos absolutos, a população urbana do Brasil, em 1991, foi 7,43 vezes superior à população urbana de 1940. Na Região Norte e no Tocantins, no mesmo período, ela foi 12,28 e 25,92 vezes maior, respectivamente. Estas comparações estão indicando que o crescimento relativo da população urbana do Tocantins tem sido muito mais intenso do que na Região Norte e do que no Brasil, embora isto não signifique afirmar que o Tocantins seja um Estado relativamente mais urbanizado do que a Região Norte e do que o Brasil;

iii) o grau de urbanização, em 1991, foi 76,81% para o Brasil, 59,18% para a Região Norte e 57,69% para o Tocantins;

iv) em termos absolutos, a população rural do Brasil, em 1991, foi quase igual à de 1950. A população rural do Tocantins, em 1991, foi quase igual à de 1970, ao passo que na Região Norte o volume de população rural ainda não começou a decrescer; antes, pelo contrário, continua a crescer a ritmo elevado (3,40% em média anual, no período 1980-1991).

Tabela 5 - Brasil, Região Norte e Tocantins: Taxa Média Anual de Crescimento da População Residente por Situação de Domicílio - 1940-1991

Período	Brasil		Região Norte		Tocantins	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural
1940/50	3.85	1.57	3.65	1.81	2.93	2.08
1950/60	5.24	1.52	5.13	2.41	8.53	4.65
1960/70	5.21	0.48	5.44	2.11	8.00	3.42
1970/80	4.36	-0.92	6.44	3.59	8.59	1.28
1980/91	2.85	-0.96	6.26	3.40	5.53	-1.22

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, 1994/SEPLAN-TO/DPI

Pode-se constatar, pelas Tabelas 5 e 6, que, de 1960 a 1980, o ritmo de crescimento relativo da população urbana do que é hoje o Estado do Tocantins foi superior ao da Região Norte e ao do Brasil. Em termos de tendência de longo prazo, a taxa média de crescimento anual da população urbana do Tocantins, no período 1940-1991, foi 6,67%, contra 5,20% da Região Norte e 4,27% do Brasil.

Tabela 6 - Brasil, Região Norte e Tocantins: Taxas Tendenciais de Crescimento Anual da População Residente por Situação de Domicílio (%)

Período	Brasil		Região Norte		Tocantins	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
1940/91	4.27	0.31	5.20	2.50	6.67	1.96
1950/91	4.37	0.001	5.58	2.04	7.60	1.93
1960/91	4.09	-0.48	5.73	2.75	7.30	1.06
1970/91	3.56	-0.93	5.87	3.05	6.97	-0.03
1980/91	2.85	-0.96	6.26	3.40	5.53	-1.22

Fonte: IBGE/ Anuário Estatístico do Brasil, 1994/ SEPLAN-TO/DPI

O crescimento relativo da população urbana do Tocantins somente foi superado, na década de 1980, pelo da Região Norte: 5,53% contra 6,26% desta última. Em relação à população rural, tem sido a Região Norte, ao longo dos 51 anos de referência, a que tem apresentado o maior crescimento relativo e, pelo que mostram as taxas, é uma tendência que pode perdurar, talvez, por várias décadas.

Considerando o início da atual década e utilizando dados da PNAD de 1995, observa-se que a tendência à redução da população rural, no Estado do Tocantins, teria continuado a ritmo mais forte, com uma taxa média, para o período 1991-1995, de -1,32%, enquanto o crescimento da população urbana teria seguido crescendo a uma taxa de 4,86%.

Quando se observam os Estados da Região Norte, é o do Tocantins aquele que apresenta o segundo menor grau de urbanização. Em 1991, o menos urbanizado foi o Estado do Pará, com 52,45%, seguido do Tocantins, com 57,45%.

Apesar do crescimento da ordem de 17,98% no grau de urbanização, não foi o Tocantins o Estado de maior crescimento urbano, no período 1980 e 1991. Os estados do Acre e Amapá, com variações da ordem de 18,02% e 21,71% respectivamente, foram os dois estados de maior crescimento relativo da sua população urbana.

Tabela 7 - Grau de Urbanização da Região Norte, 1980-91 (%)

Estados	1980	1991
Acre	43,87	61,89
Amapá	59,19	80,90
Amazonas	59,90	71,45
Rondônia	46,54	58,21
Roraima	61,56	64,72
Pará	48,99	52,45
Tocantins	39,71	57,69

Fonte: ABEP-1996

A relação do Estado do Tocantins com os outros Estados da Região é bem peculiar, se considerarmos a proporção da população do Estado que vive em cidades com mais de 100.000 habitantes.

Dos sete Estados da Região, no ano de 1980, o Tocantins ocupava o terceiro lugar em volume da população, ficando atrás do Amazonas e Pará. Em 1991, passou a ocupar o quarto lugar, quando a população de Rondônia ultrapassou a casa de um milhão de pessoas. Nestes dois períodos, 36% da população da Região Norte moravam em cidades com mais de 100.000 habitantes. Nos Estados, este percentual variou, em 1980, entre 27%, em Rondônia e 63%, no Amapá. Em 1991, o resultado do censo apontou para uma variação entre 24%, em Rondônia, e 66%, em Roraima. Vale notar que Rondônia e Amapá tiveram reduzida a participação de população residente em cidades com mais de 100.000 habitantes.

No Estado do Tocantins, até 1991, nenhuma cidade havia atingido a marca de 100.000 habitantes. Este fato chama a atenção quando se observa que o número de cidades no Estado passou de 50, em 1980, para 79, em 1991, e para 123, em 1993, ou seja, só nos últimos dois anos o número de municípios cresceu 55%. Na Região como um todo, entre 1991 e 1993, criaram-se 100 novos municípios, dos quais 44 no Estado do Tocantins. A população dos 10 municípios mais populosos do Tocantins, em 1991, representou 37,2% da população total do Estado. (SEPLAN/TO-1995).

A criação de novos municípios e a existência de uma população rural com um efetivo ainda importante devem ter contribuído para uma melhor distribuição espacial dos habitantes. Deve-se levar também em consideração a criação da cidade de Palmas, a nova capital do Estado, que certamente contribuiu para o redirecionamento da migração campo/cidade no Tocantins. Palmas, para 1996, tem uma população estimada em 100.000 habitantes, equivalentes a 10% da população estadual.

2.3 Estrutura por sexo e idade, 1980-1991

Calculando a razão de sexo (número de homens por 100 mulheres), observa-se que o Estado do Tocantins apresenta um índice mais elevado do que o calculado para o Brasil e para a Região Norte. Enquanto, no País como um todo, a razão de sexo ficou abaixo de 100, nos anos 1980 e 1991, na Região Norte e no Estado ela chegou a 103,53 e a 104,33, respectivamente, em 1980; e a 103,33 e 104,87, em 1991.

Considerando somente as áreas urbana e rural do Tocantins, nos dois anos de referência, observam-se diferenças significativas: em 1980, para 100 mulheres residentes na área urbana, havia 96,13

homens e, na área rural, 110,12 homens por 100 mulheres. Já em 1991, as diferenças entre as áreas urbana e rural foram maiores: 97,41 homens por 100 mulheres na área urbana e 115,99 homens por 100 mulheres na área rural.

Em relação aos Estados da Região Norte, o Tocantins, em 1991, apresentou a maior razão de sexo depois de Roraima e Rondônia, dois Estados que, reconhecidamente, receberam grande fluxo de imigrantes.

Para o ano de 1995, os resultados da PNAD apontam uma razão total de sexo, no Estado do Tocantins, da ordem de 101,08. Considerando este resultado, é de esperar que a consolidação do Estado venha a contribuir para uma modificação na composição por sexo da imigração, com maiores oportunidades para as mulheres.

Tabela 8 - Brasil, Região Norte e Estados: Razão de Sexo , 1980-91

Local	1980	1991	Local	1980	1991
Brasil	98,74	97,50	Rondônia	111,82	107,38
Região Norte	103,53	103,33	Roraima	108,35	123,42
Acre	106,07	102,62	Pará	102,70	102,24
Amapá	99,85	100,68	Tocantins	104,33	104,87
Amazonas	102,02	101,73			

Fontes: ABEP-1996, PNAD-95/IBGE

Em relação à estrutura etária, a Região Norte caracteriza-se por ter uma população mais jovem, quando comparada ao padrão médio do Brasil. Enquanto, em 1991, a população brasileira com menos de 15 anos de idade representava 34,73% da população total, a da Região Norte representava 42,54%. Considerando o País como um todo, a população acima de 65 anos, em 1991, representou 4,83% da população total e, na Região Norte, 3,01%. Comparando os dados de 1980 e 1991 apresentados à Tabela 9, observa-se que a queda na participação relativa da população mais jovem foi praticamente a mesma no País e na Região. Em compensação, o aumento da participação da população acima de 65 anos no total da população foi mais que o dobro para o Brasil em relação à Região Norte

No contexto da Região, o Estado do Tocantins tem uma estrutura de população jovem. Contudo, no período 1980-1991, houve uma

redução de -10,44% na proporção dos menores de 15 anos, enquanto que o grupo em idades ativas (de 15 a 65 anos) teve um aumento de 8,33%, o grupo de 65 anos e mais, de 21,54%. A proporção de idosos foi de 3,78%, em 1991.

Em relação aos outros Estados da Região Norte, o Tocantins, em 1991, teve a maior proporção de população acima de 65 anos, caminhando para um perfil da estrutura etária assemelhado ao dos Estados com intensa migração. Este fato pode ser constatado ao analisarmos os resultados da PNAD-95 para o Tocantins, onde o grupo etário de 0 a 14 anos representa 39,81% da população, o grupo de 15 a 64 anos, 56,06% e o último grupo, 4,13%. Estes dados traduzem uma posição próxima à do Brasil em 1980.

Tabela 9 - Região Norte e Estados: Distribuição da População por Grupos Etários Selecionados, 1980-91

Local	1980 - Grupo Etário			1991 - Grupo Etário		
	0-14	15-64	65 e +	0-14	15-64	65 e +
Brasil	38,24	57,74	4,01	34,73	60,45	4,83
Região Norte	46,16	51,02	2,81	42,54	54,45	3,01
Acre	47,48	50,0	2,25	44,11	52,74	3,10
Amapá	49,03	48,06	2,91	45,39	52,02	2,59
Amazonas	47,22	50,32	2,46	43,73	53,52	2,72
Pará	45,46	51,43	3,11	42,52	54,26	3,21
Rondônia	45,84	52,59	1,57	40,42	57,35	2,23
Roraima	44,45	53,41	2,14	39,05	58,86	2,09
Tocantins	46,56	50,33	3,11	41,70	54,52	3,78

Fonte: ABEP-1996.

A idade mediana da população do Tocantins, em 1980, foi de 15,4 anos e para cada 100 pessoas em idades ativas havia 98,7 dependentes menores de 15 anos e maiores de 65 anos. Em 1991, a idade mediana da população aumentou para 17,5 anos e a razão de dependência diminuiu para 83,41%.

3. Estimativas de Fecundidade e Mortalidade

3.1 Fecundidade

O Brasil vem experimentando, nas últimas décadas, uma queda da fecundidade sem precedentes na sua história demográfica. Este fenômeno atingiu tanto a população rural, como a urbana, e os diversos estratos sociais. Estima-se que, entre as décadas de 70 e de 80, as mulheres brasileiras tenham reduzido a sua taxa de fecundidade total de 4,35 para 2,85 filhos (ABEP-1996), ou seja, tenha havido uma redução de quase 2 filhos por mulher.

Nos Estados e Regiões, esta redução fez-se sentir de forma diversa, conforme o estágio da transição demográfica em que se encontravam. Nos Estados da Região Norte, os dados do censo demográfico revelaram que, na década de 70, a taxa de fecundidade total variou entre 9,52 filhos, no Acre, e 7,25 filhos por mulher, no Pará. Naquele período, computava-se, para o Brasil, uma taxa média da ordem de 5,84 filhos por mulher, sendo 7,6 para a zona rural e 4,72 para a zona urbana (Carvalho-1978).

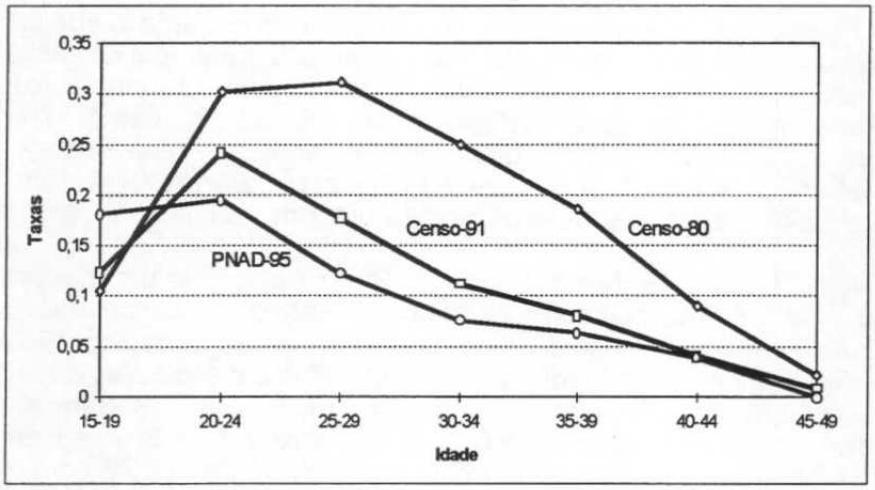
Nessa época, o Estado do Tocantins ainda não havia sido criado, mas uma boa aproximação com respeito à sua taxa de fecundidade total pode ser obtida adotando-se o valor estimado para a zona rural do Estado de Goiás: 7,35 filhos por mulher (Carvalho-1978).

Utilizando o método da razão P/F desenvolvido por Brass (Brass-1973) e corrigindo as taxas por P3/F 3, estimou-se para o Tocantins, com dados do censo de 1980, uma taxa de fecundidade total de 6,32 filhos por mulher, enquanto que a Região Norte registrava, no mesmo período, 6,45 (ABEP-1996). Os dados do censo de 1991 apontaram para uma fecundidade da ordem de 3,90, para o Tocantins, e 4,14, para a Região Norte.

Observa-se que a velocidade da queda da fecundidade foi, no Estado, maior do que na Região. No primeiro, a redução foi de 38% e, no segundo, de 35%. No entanto, a redução da taxa de fecundidade total no Brasil foi ainda maior: 41% (ABEP-1996). Este fato parece indicar que a tendência deverá ser mantida no futuro.

Com os dados da PNAD de 1995 foi possível estimar para o Tocantins uma taxa de fecundidade total de 3,37 filhos por mulher, o que reafirma a continuidade da tendência de queda que, se mantida, projetaria para o ano 2000 uma taxa da ordem de 2,7 filhos por mulher.

Gráfico 2 - Taxas Específicas de Fecundidade - Tocantins, 1980-95



O Gráfico 2 apresenta as taxas específicas de fecundidade para o Estado do Tocantins nos anos de 1980, 1991 e 1995. Observa-se uma clara modificação no padrão de fecundidade do Estado, que passou para um padrão mais jovem em 1991.

As informações da PNAD-95 apontam para um aumento da fecundidade nos primeiros grupos etários. No entanto estes dados devem ser considerados com reserva, por conta do tamanho da amostra no Estado. Seria importante que se pudesse verificar esta tendência utilizando outras fontes.

3.2 Mortalidade

Assim como a fecundidade, também a mortalidade experimentou, no País, um processo de descenso prolongado a partir do pós-guerra. Na Região Norte, apesar da preponderância das doenças infecto-contagiosas, também ocorreu este processo de queda da mortalidade.

O Registro Civil, como fonte de informação para estimativa da mortalidade deve ser descartado, na Região, por conta do seu baixo grau de cobertura. As informações censitárias permitem obter algumas indicações mais gerais, como a esperança de vida ao nascer.

Estimativas elaboradas por Carvalho (1978) indicam que a esperança de vida ao nascer no Brasil, na década de 60, era por volta de 53,69 anos. Na Região Norte, a esperança de vida variava, nos Estados, entre 48,60 anos, em Rondônia, e 55,47 anos, no Amapá. Os dois mais populosos estados da Região, Amazonas e Pará, apresentavam esperanças de vida da ordem de 54,76 e 55,05 anos, respectivamente. Se considerarmos como uma estimativa razoável para o Estado do Tocantins, naquela época, a esperança de vida ao nascer da população residente na zona rural de Goiás, chegaremos a 59,19 anos.

Com os dados do censo de 1980, é possível estimar a esperança de vida ao nascer para a década de 70. Para o País, este indicador ficou por volta de 60,08 anos e, para a Região Norte, em 64,17 anos (ABEP-1996). Nos Estados da Região este índice variou entre 70,48 anos, em Roraima, e 61,06, anos em Rondônia. Aos dois mais populosos Estados, Amazonas e Pará, corresponderam esperanças de vida de 64,41 e 62,86 anos, respectivamente (Carvalho-1986). Para esse período estima-se que no Tocantins a esperança de vida ao nascer tenha sido de 63,79 anos.

Durante os anos 80, houve aumento substancial no nível da esperança de vida ao nascer. Para o País, o ganho médio foi da ordem de 6,22 anos e, para a Região Norte, de 4,23 anos. Entre os Estados da Região, o ganho médio foi da ordem de 5,2 anos. No caso do Estado do Tocantins, estimou-se a esperança de vida ao nascer em 67,95 anos, o que correspondeu a um ganho da ordem de 4,16 anos, no período.

Os resultados da PNAD de 1995 permitem estimar para o Estado do Tocantins uma esperança de vida de 67,95 anos. A valer essa estimativa, não teria havido, a grosso modo, melhoria significativa no nível do indicador pertinente ao Tocantins durante os primeiros anos da década em curso. Entretanto, é um resultado que deve ser considerado com reserva por conta do tamanho da amostra da pesquisa e dos pressupostos exigidos pelo método utilizado, os quais não podem ser estritamente seguidos.

Tabela 10 - Brasil, Região Norte e Estados : Esperança de Vida ao Nascer , 1970-91

Local	1970	1980	1991
Acre	53.20	61.90	67.00
Amapá	55.47	67.14	73.00
Amazonas	54.70	64.41	69.50
Pará	55.05	62.86	68.00
Rondônia	48.60	61.06	65.90
Roraima	55.14	70.48	75.80
Tocantins	59.19*	63.79	67.95
Região Norte	54.06	64.17	68.40
Brasil	53.69	60.08	66.30

*Esperança de vida ao nascer Goiás rural.

Fontes: Carvalho-1978,1986; ABEP-1996; IBGE-1986

4. Distribuição dos Rendimentos Monetários dos Chefes de Domicílios

No País como um todo, entre os anos de 1980 e 1991, o rendimento médio dos chefes de domicílio, em número de salários mínimos, caiu -24,38%. Na Região Norte, esta perda foi superior a -25,11% e, no Estado do Tocantins, menor do que a média nacional -15,28%. O rendimento médio dos chefes de domicílio do Brasil, em 1991, foi de 3,42 salários mínimos, de 2,64 na Região Norte e de 2,15 no Tocantins. Assim sendo, no Tocantins, em 1991, o rendimento médio dos chefes de domicílio foi 18,56% inferior ao observado na Região Norte e 37,13% inferior à media nacional.

Tabela 11 - Estado do Tocantins: Distribuição dos Rendimentos Monetários Mensais dos Chefes de Domicílio, 1980-91 (%)

Salários mínimos	Proporção de chefes de domicílios		Proporções acumuladas	
	1980	1991	1980	1991
Sem rendimentos	3,60	3,56	3,60	3,56
Menos de ¼	1,84	1,22	5,44	4,78
De ¼ a ½	9,24	15,62	14,68	20,40
De ½ a 1	22,27	32,14	36,95	52,54
De 1 a 2	29,76	24,61	66,71	77,15
De 2 a 5	24,31	14,81	91,02	91,96
De 5 a 10	6,01	5,02	97,03	96,98
De 10 a 20	2,06	1,95	99,09	98,93
Mais de 20	0,91	1,08	100,00	100,00

Fonte: IBGE - Censos Demográficos, 1980-91

Centralizando agora a análise no caso do Estado do Tocantins, constata-se que, entre os anos de 1980 e 1991:

i) a proporção dos chefes de domicílio com rendimentos inferiores a ¼ de salário mínimo diminuiu lentamente: 4,78%, em 1991, contra 5,44%, em 1980;

ii) a proporção de chefes de domicílio com menos de 1 salário mínimo aumentou de 36,95%, em 1980, para 52,54%, em 1991;

iii) a proporção dos chefes de domicílio com menos de 2 salários mínimos mensais aumentou de 66,71%, em 1980, para 77,15%, em 1991;

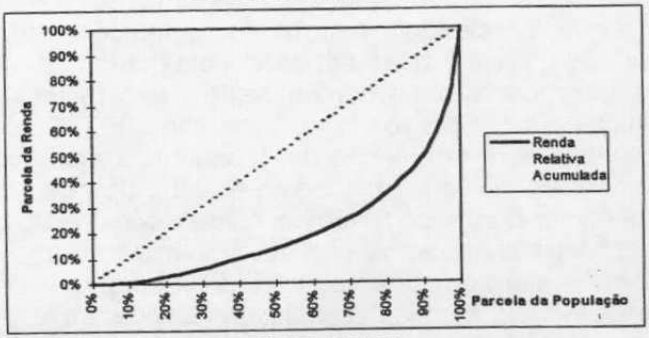
iv) a proporção dos chefes de domicílio com rendimentos entre 2 e 5 salários mínimos diminuiu de 24,31%, em 1980, para 14,81%, em 1991; e

v) a proporção de chefes de domicílio com mais de 5 salários mínimos permaneceu praticamente igual, 2,97%, em 1980 e 3,02%, em 1991.

Houve, assim, uma deterioração significativa da distribuição dos rendimentos monetários, particularmente com respeito às famílias com menos de 2 salários mínimos mensais, ou seja, da parcela mais pobre da população.

Por não se dispor da informação referente ao total dos rendimentos auferidos no ano de 1980, não foi possível fazer uma aproximação quanto à distribuição de renda nesse ano e realizar comparação com o ano de 1991. Para este último ano, a aproximação à distribuição de renda está representada pela curva de Lorenz do Gráfico 3. O coeficiente de concentração de renda de Gini foi igual a 0,62.

Gráfico 3 - Tocantins: Distribuição dos Rendimentos dos Chefes de Domicílio - 1991



Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 1991, SEPLAN-TO/DPI

No tocante à distribuição de renda, em 1991, vale destacar que 52,41% dos chefes de domicílio com renda até 1 salário mínimo receberam somente 13,37% do total dos rendimentos, enquanto que os 8,08% dos chefes dos domicílios que auferiam maiores rendimentos concentraram 49,9% da massa total de rendimentos. Porém, mesmo dentro da pequena parcela detentora de quase a metade dos rendimentos monetários, verificam-se significativas diferenças, pois o 1,08% dos chefes de domicílios com maiores rendimentos deteve 21,42% do volume total de rendimentos auferidos em 1991.

Essas constatações estão a sinalizar uma hipótese altamente provável, qual seja, que apesar de a distribuição de renda do Brasil ser altamente perversa e uma das mais concentradas do mundo, a distribuição de renda no Estado do Tocantins é ainda mais perversa e o seu grau de concentração na parcela mais rica da população ainda maior do que no Brasil.

5. Considerações Finais

Em face da recente criação do Estado não foi possível aprofundar a análise de algumas variáveis relevantes, dada a falta de uma série histórica que viesse a possibilitar a obtenção de um conhecimento mais abrangente de seu comportamento temporal e de suas nuanças.

Em termos demográficos, a criação do Estado do Tocantins mostrou-se favorável por algumas razões, dentre as quais é possível destacar: o esparso povoamento e a baixa densidade populacional, num território com grande potencial econômico, que possibilitará, se gerido de forma racional e planejada, o crescimento econômico acompanhado de uma distribuição espacial da população relativamente equilibrada.

Mais do que conclusões, o trabalho realizado sinaliza para a necessidade de aprofundar a análise, pelo menos para os últimos 40 anos, do processo de povoamento e de suas características socio-econômicas. Assim, por exemplo, o período 1950-70, no qual, em termos relativos, a população do Tocantins cresceu muito mais rapidamente do que a população do Brasil e do que a da Região Norte, deve ser analisado tendo em conta a construção da rodovia Belém-Brasília e impactos por ela provocados em termos de povoamento, além das políticas oficiais de ocupação da região e seus rebatimentos ao nível espacial das atividades econômicas e de suas características.

BIBLIOGRAFIA

ABEP- *Diversidades Brasileiras: Um Olhar Demográfico* - Associação Brasileira de Estudos Populacionais-ABEP- Campinas, 1996, cartaz

Brass, William et alli. *Demography of Tropical Africa*- Princeton University Press, USA 1973

Carvalho, José Alberto M. *Fecundidade e Mortalidade no Brasil* - 1960/ 1970 - CEDEPLAR/UFMG, Belo Horizonte, 1978. mimeo

Carvalho, José Alberto M. *Fecundidade e Mortalidade no Brasil* - 1970/ 1980 - CEDEPLAR/UFMG, Belo Horizonte, 1986. mimeo

IBGE - *Estatísticas Históricas do Brasil* - IBGE, Rio de Janeiro - 1986

IBGE - *Censo Demográfico 1991* - Situação Demográfica, Social e Econômica: Primeiras Considerações. Estado do Tocantins; IBGE - Rio de Janeiro, 1995.

IBGE - *Tendências Demográficas*: Uma Análise a Partir dos Resultados do Censo Demográfico de 1991. IBGE - Rio de Janeiro, 1996.

SEPLAN/TO - *Tocantins em Dados* - SEPLAN/TO, Palmas-1995